



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 378 - DE 02 A 16 DE AGOSTO DE 2009 - R\$ 3,00

A crise política afoga Sarney
Desemprego: pior mal da crise

UNE: um Congresso governista
Atos políticos dos 20 anos do POR

20 ANOS

CONSTRUINDO UM PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

**“Proletários de todos os países, uni-vos”
(Karl Marx)**

**“A revolução não é possível num só país”
(Friedrich Engels)**

**“Sem teoria revolucionária
não há prática revolucionária”
(Vladimir Lenin)**

**“O Partido é o Programa”
(Leon Trotsky)**



20 anos do POR e do Jornal Massas

O Partido Operário Revolucionário foi criado no Congresso de 1 e 2 de julho de 1989 e, em agosto do mesmo ano, foi divulgado o Massas nº1. Comemoramos divulgando o livro “20 anos Construindo o Programa”, realizando atos nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste-Sul e a escola-de-quadros em torno do programa do partido.

O objetivo do POR foi debater o programa, aprovado no III congresso, 1993, e sua síntese realizada no VII congresso, 2003. Militantes expuseram o programa e a natureza do partido. Às discussões, foram agregados os temas: 1) análise dos governos Sarney, Collor, Itamar, FHC e Lula; 2) o rompimento do POR com o PT (1990); 3) a restauração capitalista na ex-URSS; 4) Conlutas; 5) concepção de partido revolucionário; 6) o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional; 7) a importância do POR boliviano para estruturação do partido no Brasil.

Os 20 anos do POR contou com a presença da seção argentina, nas atividades de São Paulo. O representante tomou a palavra e enfatizou a importância do partido-programa. Em seguida, leu o Manifesto de saudação ao POR.

Os atos políticos declararam sentimento pela morte de Guillermo Lora e ressaltaram a sua importância decisiva para a revolução na Bolívia e para a reconstrução da IV Internacional.

Como resultado dessa jornada de estudos do programa, destacamos algumas conclusões:

1. A construção do partido e do programa é uma obra histórica. Não se faz com improvisações. Não é o resultado de estudos acadêmicos. Mas é a assimilação da experiência internacional do proletariado e do trabalho de compreender a realidade nacional em que se atua;
2. A força do partido não está no seu tamanho. Está na constituição do programa da revolução proletária. Correntes políticas que se apartam dessa tarefa tendem a desaparecer. Apesar dos 20 anos, o POR se encontra na infância, uma vez que ainda não se formou como uma fração do proletariado;
3. Colocar-se por erguer o partido-programa é revelar as leis históricas de funcionamento do sistema capitalista; é tratar o marxismo como ciência da transformação social; é aplicar os fundamentos do Programa de Transição às particularidades do Brasil, país capitalista semicolonial;
4. O programa inicia com a caracterização da época em que vivemos, fase imperialista, de guerras, revoluções e contra-revoluções. Conclui com as tarefas internacionais.
5. O programa porista expõe o caráter da revolução brasileira, como proletária. Trata-se de uma tese fundamentada na análise da implantação do capitalismo no Brasil, de sua passagem de colônia para semicolônia, das tarefas democráticas (o problema da terra, da soberania e do

analfabetismo) não cumpridas pela burguesia nacional submissa às potências imperialistas e do lugar da classe operária como dirigente da maioria oprimida. Revela como a lei do desenvolvimento desigual e combinado se materializa na estrutura econômica e social do capitalismo atrasado. A teoria da Revolução Permanente aplica-se no Brasil semicolonial e a militância está obrigada a dominá-la;

6. O estalinismo destruiu no nascedouro o Partido Comunista Brasileiro, impondo-lhe a concepção da revolução por etapas. Levou-o à falsa caracterização do Brasil como feudal e a colaborar com a fração burguesa nacionalista. A cisão trotskista, na década de 30, não foi capaz de se colocar a tarefa de constituir o programa e o partido leninista. A dissolução da Oposição de Esquerda Trotskista retardou o processo de constituição do proletariado em classe independente. O POR nasceu sem poder se apoiar em uma herança consistente do marxismo-leninismo-trotskismo no Brasil. Mas pôde buscá-la na experiência mundial do proletariado;
7. A construção do partido é um processo de elaboração programática, formação de quadros militantes e de penetração na classe operária e nos movimentos dos explorados. A militância trabalha para transformar o instinto comunista do proletariado em programa e consciência de classe. O movimento socialista se entronca com o movimento operário, transformando-o em poderosa força anticapitalista;
8. O partido é formado por militantes que dominam o programa e dedicam sua vida à organização do proletariado e dos oprimidos em geral para o objetivo da construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Os militantes profissionais não são rendados, colocam sua existência a serviço da edificação do comunismo;
9. O programa da revolução proletária condiciona a natureza organizativa do partido e sua ação. Um partido que conspira contra a ordem burguesa se organiza por células e se estrutura de forma legal e ilegal. Tem como fundamento o centralismo democrático, ampla discussão interna e uma só posição no exterior;
10. A construção do POR no Brasil é parte da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Proletária. Imediatamente, o pequeno núcleo porista se vinculou ao Partido Operário Revolucionário da Bolívia, juntamente com o Comitê Construtor do POR na Argentina, formando o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. O internacionalismo marxista constitui a base de nosso programa;
11. O Jornal Massas é o órgão que centraliza as posições políticas do partido, divulga as experiências do proletariado mundial e aglutina a vanguarda que luta contra o sistema de opressão social e nacional.

Saudações do POR argentino

20 anos do POR e jornal Massas

A tarefa de construir o programa avançará a inserção da política revolucionária da classe operária no seio das massas!

O desafio de construir o programa da revolução no Brasil como parte da revolução proletária mundial é uma tarefa histórica que está sendo desenvolvida por um trabalho constante e sistemático dos camaradas.

Tarefa que não foi resolvida em épocas anteriores. Quase não tiveram como se apoiar na experiência local. A publicação dos documentos de congressos e conferências dá conta do processo de construção. É um esforço notável que deve ser difundido entre a vanguarda, não só no Brasil mas também para o trabalho de nossas seções.

Construir o Partido é construir seu programa e nesse processo se vão forjando os militantes profissionais, o melhor da vanguarda, aqueles que encabeçarão a revolução no Brasil, que está indissolivelmente ligada às diversas fases que atravessam a construção do partido-programa. Hoje estão sozinhos no Brasil. Toda a esquerda, incluindo a que se reivindica marxista e até trotskista, abandonaram todo o trabalho de propaganda e formação ao redor das idéias comunistas de impulsionar a luta pela destruição do Estado burguês e a conquista do poder político com a violência revolucionária das massas, pondo em pé o governo operário e camponês por meio da revolução e ditadura proletárias. Este trabalho frutificará!

Observamos com atenção o processo revolucionário da Bolívia: um país tão isolado, tão atrasado, com um proletariado tão minoritário, pode erguer o partido da revolução com tanta força e consolidar-se combatendo em todas as frentes e ser parte de sua história, trotskyzando o país.

Observamos o Brasil, um país continental, com o maior destacamento da classe operária latino-americana, chamada a ocupar um lugar destacadíssimo na revolução proletária na América Latina e no mundo. O partido tem percorrido o caminho correto da construção partidária dando prioridade às

idéias. A penetração no melhor da vanguarda proletária completará o trabalho e dará um novo impulso.

Frente ao desmoronamento da esquerda reformista vemos hoje o presidente Lula, operário metalúrgico do Partido dos Trabalhadores, colocado como exemplo pelo imperialismo de como tem de socorrer ao regime capitalista em crises, aplicando todos os ajustes necessários contra a classe operária. Para os trotskistas do POR brasileiro, não foi uma surpresa. Antes que assumisse o primeiro mandato, já caracterizavam o que seria o governo Lula. Esse é um capital político gigantesco. Ninguém no Brasil nem no resto do mundo podia caracterizar e menos dizer abertamente o que faria o governo Lula-PT. E ainda hoje, quando é mais fácil compreender qual a política do PT, a esquerda reformista segue apoiando-a “criticamente”, e junto ao centrismo que abandonou a estratégia revolucionária, acaba observando com atenção as pesquisas eleitorais que mostram o apoio popular a Lula e daí desprendem sua política de adaptação ao reformismo. São completamente incapazes de enfrentá-lo com a política revolucionária da classe operária.

Estamos orgulhosos, enormemente orgulhosos, de compartilhar a experiência dos camaradas brasileiros, que têm feito um esforço muito grande para sustentar o trabalho internacional e especialmente apoiar sempre a seção argentina, golpeada duramente pelos revisionistas. Não permitiram que fraquejássemos nos momentos mais difíceis, estiveram ao nosso lado sabendo que a construção do nosso partido na Argentina é parte do mesmo processo de reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

Nos primeiros 20 anos: Nossas mais fraternais saudações revolucionárias e internacionalistas! Viva o POR do Brasil! Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

Julho de 2009

Argentina - Atividade dos 20 anos do POR do Brasil

Construir o partido-programa é o caminho que permitirá a inserção da política da classe operária no seio das massas

A atividade realizada pelos camaradas brasileiros em comemoração aos 20 anos do POR e do jornal Massas, dá conta do caminho que os revolucionários argentinos também devem percorrer. Constituído-se em uma verdadeira escola para forjar os revolucionários profissionais que aspiramos ser, a fim de pôr em pé o partido-programa em nosso país.

Os camaradas estão desenvolvendo a tarefa de construir programa da revolução no Brasil, como parte vital de pôr em pé a direção revolucionária mundial do proletariado frente à bancarrota capitalista e à maturação das condições objetivas para sua resolução revolucionária. É uma tarefa histórica vital que acumula e incorpora as conquistas políticas, programáti-

cas, organizativas e táticas do movimento revolucionário da classe operária mundial, expressadas pelo marxismo-leninismo-trotskismo. E que orientam resolutamente para o caminho de reconstruir o partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional, cujo germen é o Comitê de Enlace para Reconstrução da Quarta Internacional (CERCI).

Os camaradas do POR do Brasil, de forma sistemática, consistente, persistente, têm forjado as bases políticas necessárias para cumprir essa tarefa. Uma firme decisão e convicção militante, junto ao trabalho de formação coletiva, tem permitido construir as bases de uma poderosa organização que conseguirá constituir-se no Estado Maior revolucionário das massas insurretas do país.

Na contracorrente de tantas organizações que se dizem trotskistas ou da esquerda revolucionária, que fazem do trabalho de elaboração programática uma simples repetição de textos ou que se negam a compreender as particularidades que condicionam a atuação do partido revolucionário a transformá-las revolucionariamente, os camaradas, desde seus primeiros dias, compreenderam que só a estruturação da vanguarda revolucionária da classe operária e demais oprimidos em um partido marxista-leninista-trotskyista, cria as condições para conquistar a independência política do proletariado e transformar a classe operária em direção das massas oprimidas do país.

Eles são um claro exemplo de que para construir o partido revolucionário da classe é necessário organizar a vanguarda ao redor do programa da revolução e ditadura proletárias. Que permitirá transformar as lutas e o instinto comunista da classe operária em política e ação revolucionárias, em movimento socialista, dirigido a destruir o Estado burguês com seus próprios métodos revolucionários.

Foi e é seu permanente trabalho de formação e elaboração coletiva, o que está forjando revolucionários capazes de estudar, compreender e analisar as particularidades da luta de classes de seu país, para responder às necessidades e reivindicações das massas exploradas à luz do marxismo.

As condições criadas pela crise e a intensificação da luta de classes trarão novas oportunidades para que os trotskistas brasileiros, organizados no POR, se constituam em direção física

das massas. A inserção do programa no seio do proletariado, do campesinato pobre, dos sem-terra, dos sem-teto, da pequena-burguesia urbana arruinada completará o trabalho.

Nós trotskistas argentinos devemos nos nutrir de suas experiências, e construir o partido bolchevique de combate, de quadros, de revolucionários profissionais, organizados e educados no programa que materializa as leis históricas de desenvolvimento da revolução em nossa época.

Outra experiência que devemos capitalizar é a necessidade de derrotar ideologicamente as correntes revisionistas do trotskismo. A Argentina gerou alguns partidos muito influentes e que rapidamente se degeneraram em oportunismo eleitoral e em partidos de massas democratizantes. Caracterizar a evolução política do *Morenismo* e do *Altamirismo* é parte da elaboração do programa em nosso país. e será uma ferramenta para derrotar aqueles que prostituíram as primeiras experiências organizativas da IV Internacional e a consciência dos explorados, com o veneno reformista e legalista burguês.

É com esta prática militante revolucionária dos companheiros do POR do Brasil, e especialmente da Bolívia, que é sua expressão mais acabada, que nós, trotskistas de toda América Latina, devemos nos forjar, se realmente quisermos dotar o proletariado de nossos países de uma organização revolucionária que lhe permita conquistar o poder.

(texto redigido pelo representante do POR argentino presente às atividades dos 20 anos do POR)

Sair às ruas para defender emprego, salário e conquistas trabalhistas

As Centrais Sindicais e movimentos populares lançaram a “Jornada Nacional Unificada de Lutas”, a ser realizada no dia 14 de agosto. Por meio das bandeiras, identifica-se o peso da CUT e da Força Sindical na organização das manifestações. São elas: “redução dos juros; fim do superávit primário, pela continuidade da valorização do salário mínimo, defesa da Petrobrás e das riquezas do pré-sal, redução da jornada sem redução de salários e direitos, por uma legislação que proíba as demissões em massa e reforma agrária”. Portanto, combinam exigências de uma fração nacional burguesa, a exemplo da redução dos juros e defesa da Petrobrás, com promessas do governo Lula aos movimentos sociais, como reforma agrária, valorização do salário mínimo. Tudo indica que será nos moldes da manifestação de maio, sem a presença da classe operária e sem atingir a produção. Dizemos isso porque a Força Sindical e a CUT impediram que o proletariado se levantasse contra os capitalistas, que impuseram os acordos de demissão e destruição de direitos.

A Conlutas, que ficou isolada no combate às demissões da GM e da Embraer, não tem força social para organizar a classe operária contra as demissões e em defesa dos reajustes salariais. Foi arrastada pela burocracia da CUT e Força nos protestos de maio, assinando a convocatória com bandeiras pró-capitalistas. Agrega às bandeiras levantadas pelos burocratas, a defesa da “reestatização da Embraer, contra a quebra do monopólio postal e privatização dos correios, e a campanha “O Petróleo tem de ser nosso”. Como preparação para o dia 14, pretende realizar um mutirão de coleta de assinaturas do

abaixo-assinado exigindo de Lula a estabilidade e redução da jornada para 36 horas. Nenhuma crítica às bandeiras cutistas e forcistas. Chamou atenção a resolução aprovada na reunião nacional da Conlutas de incluir a bandeira de “Fora Sarney, pelo fim do Senado, por uma Câmara Única”. Isso porque parte dos politiquinhos do PT, diante da bandidagem de Sarney, ameaçaram defender o fim do Senado, mas logo se recolheram frente às colocações de Lula em favor do oligarca e da instituição (Senado). Nem bem o PT se calou, a Conlutas do PSTU tratou de assumir a defesa da bandeira pró-burguesa, arrastada pelo PSol.

Os trabalhadores deverão sair às ruas rechaçando a colaboração de classe das direções sindicais traidoras, defendendo a independência frente ao governo Lula e lutando pelas reivindicações: 1) salário Mínimo vital, que em nossos cálculos deve ser de R\$3500,00; 2) emprego a todos por meio da aplicação da escala móvel das horas de trabalho; 3) expropriação dos latifúndios e entrega das terras aos camponeses; 4) reestatização de todas as empresas que foram privatizadas e instituição do controle operário de produção; 4) nacionalização das multinacionais da cidade e do campo; 5) revogação das reformas da Previdência e imposição do sistema único e estatal de aposentadoria; 6) constituição dos tribunais populares para julgar e punir os corruptos; 7) estatização de toda a rede privada de ensino e saúde; 8) anulação de todas as leis que impendem o livre direito de organização e manifestação dos trabalhadores contra a exploração capitalista; 8) defesa do governo operário e camponês.

Crise no Senado

Guerra de quadrilhas

Os morros do Rio de Janeiro são divididos por quadrilhas do narcotráfico. De vez em quando, acirram as disputas em torno da venda de drogas e as resolvem pelas armas. Apesar das diferenças, há um paralelo com a guerra de quadrilhas no Senado.

Os quadrilheiros do PSDB atacaram os quadrilheiros do PMDB. Pôs-se à luz do dia a roubalheira da família Sarney. O PMDB, agora, revidou, atacando o morro do PSDB (cujo capo é Arthur Virgílio), e mandou um juiz (ex-empregado da Gráfica do Senado e íntimo de Sarney e Renan) censurar o jornal "Estadão". A quadrilha do DEM está quieta no seu canto, porque Demóstenes Torres e Heráclito Fortes não querem que a guerra de quadrilha os exponha.

A tese do presidente do Senado, José Sarney, é de que os atos secretos são de responsabilidade de todos. Não há porque ser colocado no calvário sozinho. Se é para pagar pelos pecados dos homens, que os demais ladrões o acompanhem na cruz.

Os porta-vozes da burguesia (imprensa) reclamam que é preciso proteger o Senado, que saia Sarney e se apague o fogaréu. Foi assim com o recente escândalo envolvendo o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros.

As quadrilhas não se põem em guerra sem a vontade dos chefes. Ocorre que o Sarney é chefe de estirpe, vem da velha oligarquia, não abandona o cargo e não se deixa derrubar de graça. Mas a publicação das gravações que provam sua ação quadrilheira foi um ataque com artilharia pesada. Como garantir seu pedaço do morro e do tráfico se os adversários ocuparam posições estratégicas e têm uma poderosa bateria?

O Conselho de Ética, montado por representantes das quadrilhas - estima-se que 70% respondem a processo de corrupção - estava pronto para livrar Sarney, mas os últimos ataques alvejaram todas as cidadelas. Lula fez o possível para que as posições de defesa da quadrilha Sarney/Renan não enfraquecessem e caíssem. Mas já não tem munições para abastecer seu compadre do PMDB. O PT recua e admite a necessidade de Sarney se afastar, aceitando a



solução inicialmente aventada.

Arthur Virgílio, homem falador, cheio de bravatas oposicionistas, desce do pedestal e começa a pagar 200 mil usados por um de seus apaniguados. Mas permanece calado perante os 500 mil gastos indevidamente com a mãe. Diz que o PMDB o acusa para livrar seus bandidos.

Nem bem um escândalo de corrupção começa a desaparecer, vem outro como um furacão. Trata-se da decomposição da burguesia, expressão do capitalismo decadente. O Estado é uma propriedade coletiva da burguesia, sujeita às frações mais poderosas do capital. Os partidos que a compõem e a administram refletem o estado histórico e social da burguesia.

Os parlamentares, bem como juízes da alta corte, formam uma casta, cujos privilégios em um país marcado pela miséria da maioria são escandalosos. Mesmo que não roubassem nenhum tostão, não deixariam de ser os laráprios que ganham tufos para legislar a favor dos capitalistas e contra o povo.

Por um Tribunal Popular

A crise política dá mais um passo à frente com a luta dos partidos burgueses para conservar ou derrubar o presidente do Senado. Algumas das soluções giram em torno da renúncia, afastamento, licença e impeachment. A via de conciliação mais acalentada se concentra na bandeira de licença. Mas, com a resistência de Sarney e o apoio de Lula à sua permanência, o conflito se adensou. Tudo indica que o oligarca cairá e a harmonia entre as quadrilhas voltará. Esse é o curso "normal" da disputa política no Senado.

No entanto, não faltam bandeiras de reforma política. O senador pelo PDT, Cristóvam Buarque, aventou a possi-

bilidade de extinguir o Senado e remodelar o parlamento brasileiro. Essa tese ressurgiu no PT. A corrente, dirigida por Tarso Genro, Ministro da Justiça, em uma carta-programa de disputa pela direção do PT, apregoa o fim do Senado e a instituição do unicameralismo. O Senado é considerado um arcaísmo vindo do Império. Segundo Eduardo Martins Cardoso, aliado de Tarso, a dissolução do Senado e a adoção do regime unicameral poderiam vir de uma reforma constitucional.

Mas tanto Cristóvam quanto Tarso têm consciência de que os partidos hegemônicos não aceitariam tal mudança. Trata-se de fumaça para se distinguir em meio a tanta podridão.

O PSTU assumiu a mesma linha, acrescentando a bandeira de "Fora Sarney". Os centristas não sabem o que fazer e se agarram à fumaça de Cristóvam e Tarso. A Conlutas/PSTU, assim, estampa a palavra de ordem: "Fora Sarney, pelo fim do Senado e por uma câmara única".

Não há solução para a podridão do Estado burguês e sua respectiva democracia. A classe operária e demais explorados se mostram passivos diante da crise política porque estão sob o controle da política burguesa, para a qual contribui o PT, a CUT, Força Sindical, PCdoB, CTB e o governo do caudilho Lula. Não estão nas ruas contra as bandalheiras dos partidos burgueses porque não vêm se organizando sobre a base de suas reivindicações (emprego, salário, previdência etc). O período de colaboração de classes aberto pelo governo Lula ainda protege a classe capitalista e seus fascínoras do parlamento.

A vanguarda deve rechaçar a farsa do unicameralismo, tanto quanto a solução do Fora Sarney, lembrando que o Fora Renan resultou no volta Sarney. Há que se dizer que toda saída nos quadros da democracia burguesa objetiva manter o poder da classe capitalista.

A bandeira do proletariado é "**Abaixo o poder burguês, antinacional e antipopular**", convocar um **Tribunal Popular** para que sob a direção do proletariado em luta se julguem e punam os crimes da burguesia.

Desemprego golpeia os trabalhadores em todo o mundo

Estados Unidos: epicentro da crise é exemplo de desemprego

Em junho, nos Estados Unidos, 14.700.000 de trabalhadores estavam desempregados. No balanço de julho, este número aumentará, pois, na penúltima semana do mês, cresceu em 25 mil o pedido de solicitações de seguro-desemprego, totalizando 584 mil pedidos iniciais. Nem todos os trabalhadores têm direito a esse benefício.

A taxa de desemprego do país ficou em 9,5% em junho (em maio também era alta: 9,4%). A maior em 26 anos. A situação em 16 dos 50 estados do país superou a taxa de 10%. Em Michigan, por exemplo, o colapso das indústrias automotivas e as quebras da General Motors e da Chrysler elevaram a taxa para 15,2%.

Somente em junho, foram fechados 467.000 postos de trabalho, de acordo com o governo. Pesquisa da consultoria *ADP Employer Services* aponta 473.000. Pelos dados do governo, o fechamento de postos de trabalho voltou a crescer: foram 519.000 em abril e 322.000 em maio. Desde fevereiro, quando foi aprovado o “plano de estímulo econômico” de Obama, foram eliminados mais de 2 milhões de postos de trabalho.

No setor manufatureiro foram eliminadas 136.000 vagas em junho e 1.900.000 desde dezembro de 2007. No setor de veículos, a eliminação de vagas no mês ficou em 27.000 e em 335.000 desde dezembro de 2007. Na construção civil, os números são 79.000 e 1.300.000, respectivamente. No setor de serviços, 27.000 e 489.000.

O governo admite que o desemprego deverá superar a taxa de 10% nos próximos meses e que uma taxa de 5% não poderá ser alcançada antes de 2015.

Europa: desemprego avança atingindo principalmente os jovens

Na União Européia, o desemprego cresceu praticamente em todos os 27 países-membros de abril (8,7% da população) para maio (8,9%), resultando em um total 21.462.000 desempregados, 5.111.000 a mais que em maio de 2008.

Os jovens (entre 15 a 24 anos) são os mais atingidos, constituindo 5.000.000 de desempregados, no primeiro trimestre do ano, ou seja, 18,3% do conjunto dos países da EU. Entre eles, 1.000.000 de recém-formados ou estudantes não encontra emprego, mostrando a farsa de que o desemprego está ligado à falta de “qualificação” dos trabalhadores. O problema do desemprego juvenil, ainda, é maior em todos os países industrializados. As estimativas da Comissão Européia apontam que os desempregados jovens podem chegar a 9.500.000 em 2010.

A taxa de desemprego juvenil em Portugal avançou de 15,9% para 19,6% do primeiro trimestre de 2008 para o segundo trimestre de 2009. Na Polônia, de 17,8% para 18,2%. Variou de 6% nos Países Baixos, até 33,6% na Espanha. Só na Bulgária não houve crescimento do desemprego juvenil, ainda assim, ficou na casa dos 13,5%.

Na Zona do Euro, que inclui 16 países, a taxa de desem-

prego subiu de 9,3% em para 9,5% em maio, deixando mais 273.000 trabalhadores na rua. A maior em 10 anos. O total de desempregados é de 15.013.000 pessoas. Em um ano (de maio de 2008 a maio de 2009), cerca de 3.400.000 trabalhadores ficaram desempregados.

Também nesta região os jovens são os mais atingidos. A taxa de desemprego em maio correspondia a 18,4%, resultando em 3.100.000 jovens desempregados. Entre 1992 e 2006, ou seja, desconsiderando a crise atual e os últimos 2,5 anos, a taxa de desemprego juvenil cresceu 51%.

Espanha: o pior caso de desemprego

A taxa de desemprego subiu de 17,3% no primeiro trimestre para 17,9% no segundo. O maior nível em 11 anos, 40% maior do que o nível registrado na crise de 1993. De abril para maio, passou de 18% da população ativa para 18,7%. A pior taxa da União Européia.

Nos últimos 12 meses, o desemprego subiu 73,7%, ou seja, o número de desempregados atingiu 1.756.000. De abril a junho, 126.000 trabalhadores perderam o emprego. Atualmente, o total de desempregados é de 4.137.500.

A Espanha é também a nação com a taxa mais elevada de desemprego juvenil da União Européia: no primeiro trimestre, correspondia a 33,6% da população.

Estônia, Letônia e Lituânia seguem Espanha

Com o avanço da restauração capitalista, esses países estão enfrentando um dos piores males deste sistema sócio-econômico, que é o desemprego. A Letônia e a Estônia apresentam a pior taxa de desemprego da União Européia, depois da Espanha, com índices de 16,3% e 15,6%, respectivamente. Juntamente com a Lituânia, esses países também exibem os maiores aumentos no desemprego juvenil. No primeiro trimestre de 2009, na Letônia, o desemprego dos jovens subiu para 28,2% contra 11% do trimestre anterior; na Estônia, para 24,1% contra 7,6% e, na Lituânia, para 23,6% contra 9,5%.

Alemanha: gigante não está imune ao desemprego

Embora apresente o menor índice de desemprego juvenil da União Européia (10,5% no primeiro trimestre de 2009), a Alemanha, considerada na atualidade a nação mais forte da Europa e em melhor condição de superar a crise econômica, não escapa do problema do desemprego, que atinge 3.460.000 de pessoas, ou seja, 8,2% da população em julho. Em um mês (de junho para julho de 2009) 52.000 trabalhadores perderam o emprego. No ano, foram fechados mais de 252.000 postos de trabalho. O governo prevê que o número de desempregados chegue a 3.700.000 até o final de 2009 e a 4.600.000 em 2010.

Reino Unido não foge à regra: avança desemprego e fechamento de postos de trabalho

Em maio, a taxa de desemprego no Reino Unido ficou em 7,6%. Entre março e maio, mais 281.000 engrossaram a fila dos desempregados e, em um ano, foram 753.000. Atualmente, o

total de desempregados é de 2.380.000 pessoas. O maior número desde 1971.

China: desenvolvem-se os problemas da economia de mercado

Os efeitos da restauração capitalista da economia na China começam a despontar com o desemprego. Considerando a taxa de desemprego, trata-se de 4,3% da população. Porém, isso significa 9.060.000 de desempregados somente na área urbana.

FMI e OIT prevêem aumento do desemprego

O Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão do imperialismo, prevê aumento do desemprego em 2010 e talvez em 2011. Disse que o pico de desemprego “ainda pode ser adiado em até um ano”, ou seja, que o pior está por vir. Afirmou ainda que, até o final de 2010, nos países industrializados, o desemprego será mais alto. Isso porque o desemprego se recuperará mais lentamente que a economia.

A Organização Internacional do Trabalho, da mesma forma, prevê um aumento no número de desempregados em todo o mundo até o final de 2009, atingindo 239.000.000 de pessoas. Ou seja, entre 39 e 59 milhões de trabalhadores perderão seus empregos este ano.

A OIT afirma ainda que, por causa do desemprego, 200.000.000 de pessoas estão em risco de passar a fazer parte do segmento de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia entre 2007 e 2009.

A mesma organização diz que a força de trabalho em nível mundial está se expandindo a uma taxa média de 1,6%, o que equivale a cerca de 45 milhões de pessoas ingressando no mercado de trabalho anualmente. Ao mesmo tempo, o crescimento mundial do emprego está diminuindo: foi de 1,4% em 2008 e deverá cair em 2009, até chegar entre 0 e 1%. Entre 2009 e 2015, somente para absorver o aumento anual de força de trabalho, seria necessário criar 300.000.000 de empregos no período, isto é, desconsiderando os desempregados já existentes.

Governo Lula legaliza a grilagem

A Lei nº 11.952, aprovada em 25 de junho de 2009, regulariza as terras ocupadas na Amazônia Legal. Para isso, o governo precisou conter os protestos da ex-ministra ambientalista, Marina Silva, substituí-la por Carlos Minc e dar poderes maiores para o Ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Um dos defensores da Lei é o gringo Roberto Mangabeira Unger, aliado do corrupto Dantas, ex-Secretário de Assuntos Estratégicos e articulador do “Programa Amazônia Sustentável”.

A essência da nova Lei é regulamentar as terras públicas griladas e facilitar a venda, sem nenhum obstáculo, de áreas até 1500 hectares. A justificativa governamental foi forjada a partir de um laudo que apontava que as ocupações de terras públicas na Amazônia era de pequenos e médios agricultores. A Lei determina a compra da terra aos que ocupam uma área acima de 100 hectares. Os que estão em áreas de mais 400 hectares terão de pagar pelo preço de mercado, com a terra limpa (pronto para o plantio) e reflorestar em 10 anos o que foi devastado. Os locais ocupados por meio da luta estão fora da regularização. É condição para se enquadrar na Lei o fato de

Conclusão: burguesia responde à crise com a barbárie

Desde que a crise estourou o POR vem alertando ao proletariado e demais trabalhadores que a burguesia, no capitalismo em decomposição, só pode responder com a barbárie, isto é, com a destruição de forças produtivas, o que inclui a destruição de parte da força de trabalho. Os dados demonstram que o desemprego se agiganta pelo mundo, de tal forma que, mesmo que parasse de crescer, já teria causado danos suficientes: um exército de quase 200 milhões de desempregados.

A resposta proletária ao desemprego

Antes de estourar a crise econômica, o POR defendia que os trabalhadores deveriam responder aos males causados pelo capitalismo, inclusive o desemprego, com seu próprio programa e método. Diante do capitalismo decadente, que não permite mais conquistas e leva toda a reforma a retirar direitos, seria necessário utilizar o Programa de Transição da IV Internacional e, para materializá-lo, recorrer à ação direta das massas (greves, ocupações etc.).

Com o estouro da crise, torna-se ainda mais necessário defender a bandeira de **ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO**, que consiste na divisão das horas nacionais entre os todos os trabalhadores aptos ao trabalho, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO.

A Escala Móvel das Horas de Trabalho se choca com o controle capitalista da produção, em que a produção é coletiva, mas os frutos dela são de propriedade privada. Se choca também com a farsa reformista de redução da jornada de trabalho para 40 horas ou 36 horas, as quais não garantem emprego a todos. Quando defendemos a Escala Móvel de Horas de Trabalho é comum ouvirmos que não se trata de uma medida consequente. A isso respondemos: inconsequente é o capitalismo que responde a crise econômica com a barbárie, sobretudo com a destruição da força de trabalho. Se o capitalismo não é capaz de garantir o direito elementar ao trabalho, tem de perecer.

ser uma área ocupada de forma “pacífica” e o ocupante não ter recebido nenhum benefício de terras em assentamentos ou outros projetos governamentais.

Conclusão: somente os que têm recursos poderão comprar os 1500 hectares e pagar em 20 anos. Os posseiros sem condições materiais não terão a titulação da posse e não poderão cumprir as regras determinadas pela Lei. Está aí por que a regulamentação, por meio da venda sem licitação, é um negócio da china para os especuladores. É um instrumento de legalização da grilagem de terras. A Constituição de 1988, que favoreceu os grileiros, foi considerada pelos grileiros de conservadora, porque permitia a regularização em área de apenas 100 hectares. Os grileiros, por meio da Lei 11.952, deram um salto, exigindo a regulamentação para áreas públicas de 1500 hectares.

Governo Lula entrega parte da Amazônia

Na época da ditadura militar, em 1966, foi instituído o conceito de Amazônia Legal para a região composta pelos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Mato

Grosso, Maranhão, Goiás e Tocantins. Trata-se de uma área que abrange 59% do território brasileiro, que representa 67% das florestas tropicais e 20% das águas doces mundiais.

Nas últimas décadas, a Amazônia Legal vem sendo devastada pela indústria madeireira, extração mineral e pelo agro-negócio (pastagens, plantação de soja e cana). O censo de 2004 indicou que o estado de Rondônia foi o mais devastado. Em dez anos (1996-2006), a área destinada à produção agrícola aumentou 275%. Dados oficiais indicam que no Brasil a grilagem soma 36,7 milhões de hectares, sendo que 25,4 milhões estão na Amazônia Legal. A nova Lei permite que boa parte desses grileiros, os abastados, adquira o título de proprietário da terra.

Lula, ao regulamentar as ocupações de terras públicas da União, atende aos interesses da bancada ruralista do Congresso Nacional. É uma farsa propor que a terra regulamentada não possa ser vendida no prazo de 3 anos. Não há proibição para os que têm a posse definitiva dos meios de produção (no caso a terra). Toda legislação é feita para proteger a proprieda-

de privada. O real é o fato da Lei favorecer a concentração de terra na Amazônia. O governo Lula não faz senão reeditar a Lei da Terra de 1850, que favoreceu os latifundiários na compra de terras públicas.

Essa Lei do governo mostra o quanto Lula se tornou um agente dos latifundiários e do agronegócio. Em nome dos pequenos e médios posseiros, entrega as terras da União aos grileiros. Faz o caminho inverso da necessidade de nacionalizar as terras e entregá-las aos camponeses pobres. O favorecimento a latifundiários impulsiona a penetração capitalista na Amazônia e amplia sua destruição. O passo seguinte é a desnacionalização das terras, como já vem ocorrendo nas regiões mais produtivas do país.

O movimento operário e camponês tem de constituir uma aliança para defender o programa da revolução agrária, que virá por meio da luta de classes e da revolução proletária.

Abaixo a Lei da grilagem! Nacionalização de todas as terras ocupadas! Expulsão dos grileiros! Entrega das terras para a produção coletiva dos camponeses!

Erradicar as epidemias do capitalismo através da revolução proletária

A pandemia de Gripe A (gripe suína), que se manifestou no México e se alastrou pelos EUA e daí para o mundo todo, causa pânico. Dizemos que esta pandemia é o reflexo do capitalismo apodrecido. Afirmamos isso porque já existem inúmeras epidemias que aniquilaram e continuam a aniquilar uma parcela gigantesca da população, que não possui acesso à saúde pública e aos avanços da medicina. A febre amarela, cólera, dengue, malária, meningite e a gripe comum já matam há muito tempo e a nova gripe vem se somar a elas. A “Gripe Espanhola”, do começo do século XX (1918), por exemplo, aniquilou entre 20 e 100 milhões de pessoas; a gripe comum já é responsável por 36 mil mortes anuais nos EUA e cerca de 500 mil por ano no mundo e no Brasil. É elevado o número de pessoas mortas por doenças que já deveriam ter sido erradicadas. Da mesma forma, essa nova gripe possui um alto grau de destruição, pois se alastra rapidamente e sofre mutações, tendo percorrido 160 países atualmente e produzido centenas de mortes (816) e infectado milhares (135 mil). Esses dados são divulgados cotidianamente pelos organismos internacionais da burguesia, de confiabilidade duvidosa.

Os capitalistas controlam todo o processo produtivo e se dedicam apenas ao desenvolvimento de certos setores, abandonando outros setores de interesse geral. Os remédios (vacinas, antibiótico, antiviral etc.), como parte do processo de produção capitalista, são mercadorias produzidas pela burguesia, caso gerem altíssimos lucros. Não há motivos “humanitários” para que os cientistas se dediquem a encontrar a cura das epidemias. Isso é definido pelo mercado e pelo grau de lucratividade que possa gerar. Dizemos que existe uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações monopolistas de produção, onde a propriedade privada impere sobre os interesses gerais da população.

Controle monopolista da produção de medicamentos

O motivo principal de inúmeras doenças surgirem e não se-

rem erradicadas é o de que a produção de vacinas (laboratórios e cientistas) está sob o controle monopolista da burguesia imperialista, que define quanto produzir, o que produzir, quando produzir e o valor do produto. Como uma mercadoria qualquer, os medicamentos têm de gerar lucro e só são distribuídos aos doentes, a partir do pagamento de altíssimos valores. Aqueles que não têm condições de adquiri-los, que morram. Não está descartada também a criação de doenças (doenças de laboratórios) para sustentar a indústria farmacêutica.

Como indício desse controle dos monopólios, atualmente o laboratório **Roche** (Suíça) divide o controle de produção mundial do antiviral Tamiflu, com a **GlaxoSmithKline** (Reino Unido), produtora do Relenza, que é utilizado para as gripes comum e de tipo A. Este é o único remédio disponível para amenizar a Gripe A. Segundo os jornais burgueses, “vendas do Tamiflu aumentam 203% com a gripe.” (O Globo, 23/7); “A gigante farmacêutica GlaxoSmithKline revelou na última quarta que esperava um aumento significativo de seus lucros com a venda de sua vacina contra a gripe suína e das vendas do Relenza...” (O Globo, 23/7). Como se observa, a venda do remédio triplicou com o surgimento da pandemia e os lucros obtidos estão amenizando a situação das empresas mergulhadas desde o início da crise econômica mundial. Isso demonstra que o alto grau de concentração capitalista, que é uma característica de sua fase imperialista, está repleto de contradições: enquanto uma parcela pequena controla os meios de produção, a maioria não terá acesso aos bens produzidos, dentre eles a cura para as enfermidades produzidas pelas condições miseráveis de vida, típicas do capitalismo.

O Brasil não conseguirá solucionar os problemas de saúde pública

O Brasil, assim como todos os países da América Latina e Central, é semicolonial. Não conseguiu desenvolver o capita-

lismo plenamente e se manteve subjugado econômica e politicamente aos países imperialistas que condicionam seu atraso. Consequentemente, sua burguesia é subserviente e atrelada aos interesses da burguesia imperialista, principalmente a norte-americana. Não pode e não consegue resolver as tarefas que são de sua responsabilidade no capitalismo, por ser débil. Dentre as tarefas, está a de proporcionar **saúde pública para todos**.

É esta condição de país semicolonial que não permite que tenha laboratórios para a produção de remédios, muito menos controlar sua produção e distribuição. Isso fica a critério dos monopólios imperialistas. O Estado deve apenas adquirir pelo preço por estes estipulados. Os medicamentos disponíveis são avalizados pelos organismos internacionais do imperialismo, especificamente a OMS (Organização Mundial da Saúde). Desta forma, o proletariado e demais oprimidos ficam a mercê dos interesses mercantis dos grandes monopólios fornecedores dos antídotos para a cura dos males produzidos pelo próprio capitalismo e dos governos burgueses em comprá-los. Caso contrário, serão aniquilados pelas doenças sem qualquer poder de decisão. O Estado e seus governos, que cumprem o papel de intermediadores dos interesses da burguesia nacional e internacional, estão de mãos atadas para controlarem a doença. Por serem parte da burguesia nacional, que os controla, o máximo que fazem é “prevenir” a população com medidas paliativas de higiene (lavar as mãos, utilizar álcool para higienização, uso de máscaras para evitar a contaminação etc.). O mercado agradece.

No Brasil, a venda desenfreada de produtos para evitar a doença cresceu assustadoramente, sem que traga nenhum resultado significativo para a população. Assim mesmo, há uma estimativa de que precisaríamos de um tratamento inicial para atendimento de 18 milhões de pessoas (10%) da população brasileira; no entanto, há apenas estoque para 9 milhões de pessoas. Isso indica que, caso a gripe aumente sua capacidade de destruição, 9 milhões de pessoas estarão fora do tratamento. Os hospitais públicos carecem há tempos de condições mínimas necessárias para o atendimento de doenças simples, que dirá de uma pandemia. São comuns os noticiários de mortes por falta de atendimento médico na porta dos hospitais, a inexistência de médicos e remédios suficientes para os pacientes

é uma constante. São na maioria proletários, que só têm condições de utilizar a saúde pública.

A falência dos hospitais públicos é fruto do gerenciamento da burguesia nacional, mergulhada no lamaçal de corrupção, responsável pelo desvio de milhões de reais dos cofres públicos para seus interesses de quadrilha. A burguesia, por sua vez, possui seus próprios hospitais equipados com os mais modernos equipamentos da medicina e com os depósitos abarrotados de remédios para seus males. Não sofre com as imensas filas de espera e nem com o precário atendimento. É por isso que assistimos ao crescimento contínuo da nova epidemia e a continuidade das demais, sem perspectiva de redução de seus índices.

Resposta Proletária

O proletariado e demais oprimidos sofrem há séculos com a opressão burguesa, que controla a ciência e os meios de produção. São vitimados periodicamente por epidemias e pandemias que, muitas vezes, matam famílias inteiras. Não têm condições financeiras para comprarem remédios ou produtos que possam evitar as doenças produzidas. Seus salários arrochados não permitem que possam ter uma alimentação saudável e nem têm condições de moradia e de higiene que evitem que contraiam as doenças comuns, muito menos as mais graves. Com a recente crise econômica do capitalismo, o número de miseráveis cresceu, juntamente com o número de desempregados. Os salários foram achatados e os recursos destinados aos serviços de utilidade pública foram reduzidos. Com a pandemia, a situação se agrava e carece urgentemente de uma resposta proletária à solução do problema.

Partindo de suas reivindicações imediatas os proletários devem lutar, através de seu método próprio (ação direta). Neste caso, a reivindicação é: **Sistema Único de Saúde, Público e para todos**. O que exige a expropriação da rede de saúde privada, sob o controle direto dos proletários. A pandemia capitalista só será erradicada com a destruição da sociedade burguesa pela revolução proletária e a coletivização dos meios de produção, pois o sistema de saúde é parte do processo de produção. Para isso, o proletariado precisa construir o partido operário revolucionário, o partido-programa.

O caráter do Programa Minha Casa, Minha Vida do governo Lula e os desafios do Movimento dos sem-teto

Os governos capitalistas, desde o princípio da crise atual, procuraram defender os interesses da classe dominante frente a qualquer mobilização dos trabalhadores. Grandes somas de dinheiro foram repassadas aos bancos e empresas, seja na forma de empréstimos a fundo perdido, seja na forma de compra de títulos podres, sem qualquer perspectiva de retorno financeiro para os Estados, quando não promoveram nacionalizações predatórias com o intuito exclusivo de reestruturar as empresas em processo de falências ou semifalência, para fazê-las retornar posteriormente aos capitalistas, quando saneadas.

Entretanto, aos trabalhadores se impõem as mais profundas privações, como rebaixamento salarial e desemprego, reforçando as estatísticas do trabalho temporário, de tempo

parcial e informal nos vários países. Portanto, aos operários e demais assalariados, além dos desempregados e suas famílias, os governos e seus parlamentos têm respondido com pesados impostos, reformas trabalhistas, precarização do trabalho, parcos salários, desemprego, fome e miséria.

É neste contexto que aumentam os números de famílias sem moradia ou vivendo em condições absolutamente desumanas pelo país afora. O processo de favelização se tornou um claro sinal da profunda crise estrutural do capitalismo mundial. Este fenômeno atinge todos os países, em particular os países economicamente atrasados. Milhões de trabalhadores e desempregados tornam-se reféns da máquina da especulação imobiliária urbana e das ações dos governos no sentido

de pressionar as famílias, que permanecem em regiões urbanas de interesse do capital imobiliário, empurrando-os para as partes periféricas das grandes cidades ou fazendo conviver contraditoriamente nos centros urbanos e grandes metrópoles o luxo e a vida suntuosa da burguesia, o medo e o comodismo da pequena-burguesia e a miséria social e desespero dos assalariados e desempregados, nas favelas.

Fora isso, famílias de operários e demais assalariados, que tiveram uma redução drástica de seus salários, também corroídos pela inflação e a alta dos preços das mercadorias de primeira necessidade, se vêm impossibilitados de pagar aluguel, sendo obrigados a se submeterem às condições mais difíceis de vida, quando não se tornam moradores de rua, no mais completo e profundo abandono social. É a barbárie batendo à porta da pequena e média burguesia em face do aprofundamento da decomposição do capital e da incapacidade dos governos burgueses de salvá-lo.

O Movimento dos sem-teto surge como uma tentativa de organização e mobilização das famílias sem habitação, tendo como foco central das suas reivindicações a luta pela moradia e acesso aos serviços públicos elementares (saúde, educação, saneamento etc.), por meio da ocupação de terrenos e prédios e da pressão sobre os governos. Neste momento, o Movimento dos sem-teto em todo o país e na Bahia encontra-se num impasse.

O governo Lula (PT), que gerou ilusões de resolver as chagas que atingem as massas no país, por meio do Estado burguês, tem, por um lado, socorrido os capitalistas em crise, colocando à sua disposição fartos recursos estatais; por outro, mantém, através dos partidos que compõem a sua base (PT, PCdoB etc.) as organizações (sindicatos, associações e centrais sindicais) sob seu controle, travando consideravelmente o avanço da luta de classes e reforçando as ilusões democráticas e eleitorais entre os trabalhadores, de que as coisas melhorarão se mantido o estado atual de coisas.

No campo da política habitacional, diante da crise capitalista e dos seus reflexos sobre o setor da construção civil e imobiliário, bem como da possibilidade do fortalecimento e radicalização dos movimentos pela moradia em todo o país, desenvolve o programa Minha Casa, Minha Vida, com o intuito de aquecer o mercado. Para tanto, através de um discurso enviesado, reforça ilusões dos sem teto de que conseguirão uma casa para morar, em condições adequadas, sem qualquer necessidade de mobilização e luta, bastando para tal preencher um formulário do governo federal com seus dados pessoais e depositar a confiança na ação do Estado burguês.

O governo Lula e os partidos que lhe dão sustentação sabem que a questão da moradia é o coração que oxigena as artérias do movimento dos sem-teto e a sua razão de ser. Sabem das necessidades econômicas e sociais dos indivíduos e famílias que compõem o movimento, em sua esmagadora maioria trabalhadores informais, assalariados e desempregados. Sa-

bem da opressão a que os explorados estão submetidos e as manipulam com o argumento de que com o governo de Lula (do PT e companhia), as aspirações desse vasto conjunto de explorados serão finalmente concretizadas. Com isso, trabalha ideologicamente a consciência dos sem-teto para viabilizar a eleição do próximo candidato petista e da sua base aliada.

É evidente que as políticas habitacionais dos governos capitalistas, ao longo da história, não resolveram e não resolverão a questão da habitação em nosso país e em nenhum país do mundo, sem liquidar com a fonte da exploração e da miséria da maioria da população: a propriedade privada. É sob este pilar que a classe dominante mantém os trabalhadores na mais profunda miséria e privações. É sobre a base da propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, que a burguesia destrói, por meio do Estado, as conquistas e direitos sociais obtidos pelos trabalhadores durante décadas. É a partir das contradições geradas pela propriedade privada e pela exploração do trabalho, que milhões de pessoas em todo mundo são jogados na barbárie social.

Portanto, qualquer programa de habitação colocado em prática por um governo burguês tem o único intuito de repassar recursos públicos para os capitalistas da construção civil e para o setor imobiliário, que almejam se recuperar dos efeitos da crise econômico-financeira e não resolver o problema da habitação dos explorados. Depositar as esperanças no governo atual, de que solucionará as demandas dos sem-teto por meios institucionais e legais é criar um impasse nos movimentos dos sem-teto em todo país, conformando-os às regras do Estado burguês e aos interesses eleitorais do PT e da base aliada e ao jogo do mercado da construção e imobiliário. É reforçar as ilusões democráticas dos sem-teto no Estado, na democracia formal e nos governos burgueses federal, estaduais e municipais. Enfim, é substituir a luta de classes pelas querelas institucionais.

Para dar um salto, o movimento dos sem-teto precisa reforçar o método da ação direta de massas (ocupações de terrenos e prédios públicos e privados, manifestações, bloqueios de avenidas e ruas, passeatas, etc.) como o autêntico meio de garantir as suas conquistas e fortalecer-se frente à pressão dos governos e das instituições estatais. O movimento precisa definir um conjunto de reivindicações (moradia, educação, saúde, saneamento etc.), que sejam o ponto de apoio da luta e mobilização, superando as ilusões democráticas no Estado burguês. Precisa garantir a sua independência política frente às tentativas dos governos de adequar o movimento às regras da democracia formal e as instituições burguesas (Judiciário, Parlamento, Executivo etc.). Precisa, portanto, fazer da assembléia dos sem-teto, nas ocupações e demais atividades, o instrumento de debate e tomada de decisões, de forma coletiva, para que seus membros sejam efetivamente ativos participantes do processo da luta de classes.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

www.pormassas.org

Londrina:

Sai prefeito, entra prefeito, e a máfia do transporte continua no comando

No dia 30 de julho, o prefeito Barboza Neto (PDT) decretou o aumento da tarifa do transporte coletivo. Desde o dia em que assumiu a prefeitura, anunciou este objetivo seu: “Não é desejo meu aumentar (a passagem). *É uma questão primordial*, sobre a qual vou ter que me debruçar logo que assumir a prefeitura”. A partir de 2 de agosto, a tarifa em Londrina será de R\$ 2,10.

A ligeireza em aplicar o tarifaço foi tanta, que fez de tudo para desmoralizar o resultado de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) criada pela Câmara Municipal para investigar as falcaturas da companhia municipal em favor dos empresários do transporte. A CEI concluiu por apontar inúmeras irregularidades, propôs rebaixar a tarifa e recomendou a ruptura da concessão às empresas beneficiadas pela prefeitura.

Vale lembrar que várias falcaturas foram denunciadas no ano passado pelo presidente da Câmara Municipal (Bonilha), quando foi preso. Delatou seus colegas vereadores de receber “mensalinho” da Grande Londrina (empresa pertencente ao empresário Nenê Constantino – dono da Gol Linhas Aéreas). Até o gerente da empresa foi preso à época, por iniciativa do Ministério Público.

O prefeito de Londrina contou com a cumplicidade do sindicato que deveria representar os trabalhadores do transporte *Sinttrot* no seu empenho por incrementar a tarifa.

Antecedentes

Desde 2003, cada aumento da tarifa foi acompanhado de uma revolta. Quando Nedson Micheleti (PT) aumentou a tarifa de R\$1,35 para R\$1,60, os estudantes foram para as ruas. A prefeitura defendeu com unhas e dentes os interesses das empresas, até mesmo mandando a polícia desocupar o terminal a qualquer custo, o que resultou no atropelamento e morte de Anderson Amaurilio. Aquele aumento também foi questionado pelo Ministério Público, que apontou diversas fraudes na planilha. Depois de reeleito, Nedson iniciou o segundo manda-

to com um novo aumento, repetindo o favorecimento à Grande Londrina em 2006. Novamente, estudantes e usuários mostraram que eram contra o aumento, mas a prefeitura usou a Justiça, processando militantes e proibindo manifestações no terminal.

Nos anos seguintes, por medo de se queimar e sentindo a pressão do movimento, a prefeitura não conseguiu emplacar novos aumentos. Mas no final do seu mandato, em pleno natal de 2008, decretou um tarifaço. Como Londrina estava em clima eleitoral, no terceiro turno, um vereador encaminhou na câmara a revogação do decreto e a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito.

É impossível confiar na Câmara depois de todas as denúncias do mensalinho que a TCGL pagava desde 1996 aos vereadores. Na cidade todos viram o presidente da Câmara, Bonilha, preso e algemado, dizendo que não era a única batata podre. Até mesmo o Gerente da Grande Londrina foi preso.

Mesmo assim, a CEI mostrou que a planilha está cheia de falcaturas. Pelo contrato, vários ônibus (cerca de 100) deveriam ser entregues ao município após o uso; os vereadores viram que há superfaturamento nas compras, dentre outras maracutaias. A recomendação é o rompimento do contrato. O problema é que dizem que um grupo de empresários está por trás da CEI, para entrar neste negócio lucrativo.

Para reduzir a tarifa, estatização do transporte já!

Diante do relatório da CEI que indica que a tarifa deveria ser um centavo mais barata, Barbosa Neto declarou que não vai aceitar nem isso e disse: “Eu gostaria de ser o prefeito que ganharia as manchetes dos jornais por ter reduzido a tarifa. Mas qual o custo de abaixar a tarifa?” Vamos mostrar a ele, então, como reduzir a tarifa, garantindo passe livre, reposição salarial dos trabalhadores e o emprego dos cobradores:

O transporte público é um direito, uma necessidade da população para que

todos possam chegar aos seus locais de trabalho, estudo, acesso ao lazer, cultura, saúde etc. Mas, no capitalismo, este “direito” se subordina ao interesse privado dos capitalistas (propriedade privada) e o Estado burguês (no caso o município) tem a função de defender o benefício e sobrevivência destes parasitas.

Há que perguntar o que o proprietário faz para embolsar os milhões que suga da população? Nada. O dono da TCGL, o Sr. Nenê Constantino por acaso dirige os ônibus? Troca os pneus? Faz a manutenção? Administra? Não, ele não faz nada, a não ser embolsar rios de dinheiro que são tirados de nossos bolsos e do esforço de cobradores e motoristas. Se retirarmos o dono da TCGL, o sistema pode funcionar, sem problemas. Mas, se tirarmos os motoristas, cobradores e usuários o sistema pára. Ou seja, o dono da empresa é só um parasita nesta história. Por isso defendemos que o transporte seja, de fato, público, estatizado e controlado pelos trabalhadores e usuários, que são os que conhecem e fazem o transporte funcionar.

Quem é o Dono da Grande Londrina?

O acionista majoritário da TCGL além de frequentar as colunas sociais, nos últimos dias apareceu bastante nas páginas policiais. Nenê Constantino é dono da Gol Linhas Aéreas, de empresas de transporte que atuam em mais de 100 cidades, fazendas (até mesmo com trabalho escravo). Seu patrimônio é superior a R\$1 bilhão de reais, e ele ainda quer mais, sempre mais. Para isso, até mesmo manda matar quem atrapalha seus planos. Em 2001, armou uma emboscada para assassinar em 9 de fevereiro de 2001 o caminhoneiro Tarcísio Ferreira, de 42 anos, na frente de sua filha de 4 anos. Márcio Leonardo de Sousa Brito, um líder comunitário de 27 anos também foi assassinado por pistoleiros em 12 de outubro de 2001. Isso porque organizavam a população contra os interesses de Nenê Constantino. Não há dúvidas de que ele é o mandante dos

crimes. Depois de uma breve prisão domiciliar (em sua mansão), o assassino conseguiu um habeas corpus e está solto.

Ou seja, a população de Londrina é explorada por um bandido. Mas não adianta trocar este por outro (s). Há que estatizar o transporte sob controle dos trabalhadores e usuários. A força dele está na corrupção, que vai de Londrina a Brasília; na chantagem; no suborno aos meios de comunicação, políticos e judiciário e nos seus pistoleiros. Nossa força está na maioria da população, que, se organizada, pode fazer valer as suas necessidades e interesses!

Sinttrol só defende a Grande Londrina e concorda com a demissão de cobradores

Não se pode aceitar o jogo da empresa e da prefeitura de colocar os trabalhadores do transporte contra os estudantes e usuários. Esta é uma forma de enfraquecer a maioria oprimida da cidade.

Hoje, o trabalhador do transporte vive uma tensão constante. Pressões dos fiscais, dos patrões, vigilância o tempo todo. O sindicato há muito deixou de ser um espaço de organização independente, em vez de defender os trabalhadores,

defende os patrões. Defendia uma tarifa de R\$2,40, maior do que a da CMTU. Por este “bom comportamento”, recebe mais de R\$800 mil por ano da Grande Londrina e Francovig. O dinheiro sai dos usuários e trabalhadores, mas é usado contra os passageiros para fazer do sindicato um instrumento da política dos patrões.

Defendemos a organização dos trabalhadores e seus métodos de luta, mas a greve que foi anunciada era uma jogada patronal. É o mesmo esquema da máfia dos transportes de São Paulo. O Sindicato, empresa e prefeitura combinam uma greve, não para conquistar direitos, mas para justificar o aumento perante a população. É isso que querem fazer em Londrina.

Por isso, chamamos motoristas e cobradores a refletirem: É preciso fazer uma greve sim, mas para que parem de vincular a reposição salarial ao aumento da tarifa. A reposição é seu direito e ele deve prevalecer acima de qualquer interesse patronal, mas sem vinculação com a tarifa. A empresa já tem lucros exorbitantes e não precisa aumentar para o usuário para pagar os salários.

Em defesa dos cobradores

O presidente do SINTTROL (Sindi-

cato dos motoristas e cobradores), João Batista da Silva disse em matéria do Jornal de Londrina de 19 de julho de 2009, que a demissão de cobradores é inevitável e que é a única forma de não colocar a empresa em desequilíbrio financeiro.

É preciso exigir desde já: nenhuma demissão! Além dos efeitos terríveis do desemprego, que aterrorizam qualquer família trabalhadora, a saída dos cobradores vai aumentar a insegurança, os acidentes e os atropelamentos. Alguns cobradores já disseram que a TCGL quer ganhar mais dinheiro até com isso, fazendo os motoristas pagarem e ampliando o valor do seguro.

Mas este pelego incorrigível, não satisfeito em justificar a demissão de cobradores, passou a debochar dos trabalhadores chamando-os de frouxos: “Antes o motorista era o homem proveniente do meio rural e acostumado com o trabalho pesado. Agora é mais essa geração coca-cola e videogame”.

Por fim, é de interesse de todos os explorados lutar pela **estatização sob controle dos trabalhadores e usuários**. Tirando o lucro da planilha, poderemos ter a reposição, garantir os empregos, ter passe livre e uma tarifa bem menor.

Pernambuco: exemplo de ataque do governo e de colaboração da burocracia sindical

Os professores da rede estadual de ensino iniciaram greve em 06/07, reivindicando um reajuste salarial de 19,2% sobre o Piso Nacional no valor de R\$ 950, que já recebem.

O governo reagiu ao movimento de forma truculenta, anunciando, cerca de 3 dias depois, medidas como: 1) corte de ponto e controle de frequência nas escolas; 2) desconto dos dias de falta dos grevistas no mês de julho; 3) pagamento do salário dos grevistas só em agosto, após apuração dos dias em falta; 4) corte do vínculo dos temporários (9 mil no total) que entrassem em greve e substituição imediata por profissionais do banco de reserva; 5) afastamento do trabalho dos professores das escolas de referência (103 no total) que aderissem à paralisação e disponibilização dos mesmos para a gerência regional de educação. Eles perderiam a gratificação de localização especial, que pode elevar os vencimentos para R\$ 2 mil. Prometeu ainda abrir sindicância interna para apurar abusos e irregularidades cometidas pelos

servidores no período da greve. “*Não vamos permitir que haja grevistas dentro das escolas ou atrapalhando as aulas. Faremos o que for preciso para evitar isso*”, garantiu o secretário de Administração.

Nesse momento, a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) afirmava que, apesar das sanções do governo, os professores não voltariam às aulas e a greve continuaria. Disse que, se houvesse perseguição de fato aos professores, recorria à Justiça e que não poderia haver corte de ponto já que os professores teriam de repor as aulas.

Quem recorreu à Justiça foi o governo e ela o atendeu prontamente: considerou a greve ilegal e determinou a volta imediata dos professores ao trabalho, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil para o sindicato, em 09/07. Além disso, o governo fez propaganda de que o movimento estava esvaziado.

Tanto isso não era verdadeiro que, após

uma semana de greve, a Secretaria da Educação continuou a atacar o movimento, dizendo que enviaria substitutos às escolas, os quais teriam uma contratação precária (60 dias de trabalho). A greve se mantinha nas escolas estaduais. Porém, um problema estava colocado para o movimento grevista: as escolas públicas municipais (de Recife) pareciam funcionar normalmente, em seu primeiro dia letivo do segundo semestre. Era preciso ampliar a mobilização e materializar a unidade.

A burocracia, entretanto, só reconhece a unidade em palavras, não a concretiza de fato. No dia 14/07, os professores da rede estadual de ensino se juntaram aos trabalhadores em educação de Jaboatão dos Guarapes, Grande Recife, e com os funcionários do Departamento de Trânsito (Detran), em passeata pelas ruas centrais da capital. Porém, a burocracia dos sindicatos, juntamente com a CUT, só mobilizou em torno de mil trabalhadores e para um ato pacífico. Sobre a

remota possibilidade de um conflito com a polícia militar, o secretário-geral da CUT a comentou: “Não somos vândalos, não vamos forçar nada, nem provocar. Mas queremos nossos direitos. Queremos a reabertura das negociações e uma conversa sobre a nossa pauta de reivindicações.”

Isso demonstra a falta de uma unidade verdadeira, já que os trabalhadores em educação de Jaboatão dos Guararapes (2,2 mil), dirigidos pelo Sindicato dos Professores de Jaboatão (Sinproja), estavam em greve desde 01/06 e já tinham ocupado a sede da Secretaria de Educação do município, reivindicando a implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (a média salarial da categoria é de R\$ 700,00) e do Plano de Cargos e Carreira dos servidores administrativos da Educação. No que a prefeitura respondia negativamente.

Em 17/07, o Sintepe entrou com uma representação no Ministério Público, questionando a contratação de profissionais temporários para substituir os professores grevistas. Ou seja, jogou peso na justiça burguesa. Em 20/07, realizou uma manifestação em forma de aula pública na Praça da Independência. No ato, os professores deram aulas sobre educação, greve e ética. Puro distracionismo. Em 21/07, os professores da rede estadual realizaram assembléia geral e decidiram continuar a greve, sem perceber que o método da burocracia contribuía para destruir o movimento.

Em 27/07, nova assembléia foi realizada, a qual optou pela manutenção do movimento grevista. O Sintepe mais uma vez recorreu à justiça burguesa: entrou com um recurso junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) contra a liminar que tornava a greve



ilegal e lhe impunha multas diárias. Nessa ocasião, o governo afirmava que, dos 40 mil professores da rede, apenas 3.493 estavam parados, enquanto o sindicato dizia que 80% das escolas estaduais estavam sem aulas. Para pressionar os grevistas, o governo ampliou os ataques: bloqueou o pagamento dos salários, cortou a bonificação por desempenho educacional e publicou dois editais para contratar 2.206 professores temporários. Informou ainda que os reajustes salariais só poderiam ser negociados a partir do fechamento do segundo quadrimestre de 2009. Ou seja, nenhuma vitória, só derrotas.

Em 28/07, o Tribunal de Justiça de Pernambuco confirmou a sentença contestada pelo Sintepe, decidindo pela ilegalidade da greve e pela cobrança de multa diária de R\$ 20 mil reais, caso os grevistas não retornassem ao trabalho. Isso facilitou a ação do governo, que sabia como os burocratas temem a justiça e a perda de dinheiro dos aparelhos sindicais que consideram seus.

Em 29/07, o governo deu sua última cartada: começou a pagar bônus para os professores que não entraram em greve, isto é, para os furas-greve. Aqueles que aceitaram voltar ao trabalho (788, segundo o governo) na se-

mana anterior receberiam, mas só em 05 de agosto. Para tanto, tiveram de assinar um termo de compromisso no qual prometeram não paralisar as atividades novamente. Enfim, dos 18.570 profissionais da educação em Pernambuco com direito ao prêmio, 17.063 receberam o bônus, cujo valor poderia chegar ao de um 14º salário. Ficaram de fora 1.507 que só receberão após o fim da greve, sem data definida. Sobre o pagamento do bônus vale destacar a posição de Cristovam Buarque: *É um grande equívoco. Mata o conceito do programa. Se a greve é ilegal, o governo tem o direito de cortar o ponto, suspender os salários. O bônus em si já é um incentivo contra a greve.*

No dia 30/07, como já era de se esperar, a burocracia do Sintepe destruiu o movimento. Realizou uma assembléia esvaziada (com cerca de mil professores) em que se deu o fim da greve, após 25 dias de luta, com retorno às salas de aula (já no dia 31/07 - 6ª feira). De um lado, a burocracia argumentou que garantiu uma nova rodada de negociações com o governo. De outro, tentando minimizar sua ação, papagueou que a suspensão da greve não é definitiva, depende do avanço nas negociações. O importante é que a decisão votada pela categoria teve como base um ofício enviado do governo, em que se comprometeu a negociar algumas reivindicações – entre elas as punições conferidas aos professores e a reformulação do Plano de cargos, Carreiras e Vencimentos – caso os docentes retomassem as atividades. Ou seja, o governo ofereceu migalhas e a burocracia aceitou.

A greve dos professores pernambucanos mostrou determinação pela luta e resistência aos ataques repressivos. Mas lhe faltou uma

Professores Municipais – São Paulo

A essência da Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos

A lei que amplia o Ensino Fundamental para nove anos, desde 2006, também estipula sua implantação até 2010 em todos os sistemas de ensino. Observamos nesses três anos de vigência da lei que foram os sistemas municipais de ensino bem como a rede privada que se adiantaram nesse processo. Isso não aconteceu por acaso.

A ampliação do Ensino Fundamental significa maior repasse de verbas por meio do FUNDEB (antes FUNDEF). Isso ocorre porque o novo fundo mantém um percentual maior para o Ensino Fundamental em relação aos demais níveis. A falácia da defesa de mais um ano para favorecer a aprendizagem não passa de letra morta. Por trás dessa implantação, o governo

quer abocanhar as verbas do FUNDEB. Está claro que essa adesão se dá por interesses e não pelo favorecimento da aprendizagem das crianças.

Dizemos isso por que algumas experiências de implantação nos levam a essa conclusão, como é o caso do município de Osasco. Nesse município, a implantação do ensino de nove anos se deu quase que por completo. As crianças matriculadas na Educação Infantil foram “empurradas” para o Ensino Fundamental conforme o número de vagas existente na rede. Por exemplo, as crianças do 2º estágio da EMEI (5 anos) pularam a última etapa da Educação Infantil para serem matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental. As crianças que estavam ma-

tricoladas no 3º estágio da EMEI (última etapa) foram transferidas diretamente para o 2º ano do Ensino Fundamental. Como se vê, embora todas as crianças estejam matriculadas no Ensino Fundamental de nove anos, umas terão nove anos de ensino enquanto outras terão 8 anos, já que estão iniciando o Ensino Fundamental a partir do 2º ano.

Na rede municipal de São Paulo, o processo tem se dado de forma semelhante. Antes mesmo da implantação do ensino de nove anos, algumas adequações já vêm sendo feitas. Um exemplo são as crianças com três anos, que antes eram matriculadas nas CEIs agora são “empurradas” para as EMEIs, de maneira precária. Nas CEIs, os agrupamentos com essa faixa etária eram constituídos por, no máximo, 24 crianças para dois educadores. Ao serem matriculadas na EMEI, a mesma faixa etária passa a constituir um agrupamento com 35 crianças para um único educador. Essa é a maneira que o governo vem utilizando para anunciar que está expandindo o atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

Outros pontos a serem analisados são: as Reformas Curriculares e as Reformas nos Planos de Carreira. A mudança na

nomenclatura do cargo dos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, contida na Lei 14.660, foi uma adequação antecipada para atender a ampliação do Ensino Fundamental. Serviu, também, para criar a ilusão nos trabalhadores de que o ensino de nove anos não geraria desemprego. Quanto à flexibilização dos currículos, o MEC orienta que os currículos sejam reformulados em prol da nova demanda de crianças no Ensino Fundamental, mas contraditoriamente não há investimento na estrutura das escolas a fim de favorecer a ludicidade necessária nessa faixa etária. O que se observa é a manutenção das metas de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental, concretizada na adoção das cartilhas do “São Paulo faz Escola” (PIC/TOF).

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos está ligada diretamente à reforma educacional em âmbito geral. Com essa ampliação impulsiona-se, mesmo que indiretamente, a municipalização completa do Ensino Fundamental, as Reformas Curriculares, os novos Planos de Carreira. Portanto, faz avançar as reformas educacionais ditadas pelos organismos internacionais.

Balanço do 51º CONUNE

O 51º Congresso Nacional da UNE ocorrido entre os dias 15 e 19 de julho, em Brasília, contou com a presença de 10 mil participantes (mais da metade delegados), escancarou em todos os sentidos a estratégia de defesa política e apoio eleitoral da direção da entidade ao governo Lula. O nível de estatização alcançado pela entidade ditou o ritmo do congresso deste ano. Sua ligação umbilical com o governo a transforma em um braço das políticas privatizantes elaboradas pelo Ministério da Educação, no seio do movimento estudantil nacional. Em troca disso, cabe-lhe o privilégio de palpatar sobre tais projetos.

O “Encontro Nacional de Estudantes do PROUNI, realizado na quinta-feira (16/07) convergiu para um ato com Lula e Dilma Rouseff, nome preferido pelo ex-operário para sucedê-lo na condução do Estado burguês. Há muito tempo que os Encontros de Estudantes do PROUNI, dirigidos a ferro e fogo pelas corrente governistas (UJS, MR8), têm o objetivo de vender a imagem de democratização do acesso ao ensino superior, limitando suas reivindicações a pequenas questões econômicas dos estudantes bolsistas. Ocultam a privatização do ensino e o socorro aos monopólios educacionais.

Neste dia, pela tarde, realizou-se uma passeata “Em defesa do petróleo e da Petrobrás”. Diversas entidades sindicais (FUC, CUT, CGT, CTB, etc.) e movimentos populares (MST e demais), além dos estudantes presentes no CONUNE, participaram do ato, tendo no geral dois eixos principais:

- 1) Alteração da atual Lei do Petróleo (nº 9478/95)
- 2) Combate à tentativa de instalação da “CPI da Petrobrás” no Congresso Nacional.

Como podemos observar, o primeiro eixo trata-se de confiar ao parlamento burguês a revogação, modificação ou im-



O governo esteve em todas as mesas de debates do Congresso: a UNE nas mãos de Lula

plementação de leis que cumpram a tarefa de nacionalizar o Petróleo brasileiro. Esperam que através de um abaixo-assinado possam levar a pauta para discussão no Congresso. O segundo eixo objetiva conduzir os explorados a tomar partido na disputa entre as frações da burguesia que compõem o governo e a oposição. Esta passeata, conduzida desde a Catedral até o prédio da Petrobrás, teve uma atuação importante das diversas correntes de oposição no interior da UNE. Compondo uma fração numericamente importante, negou-se a acatar a estratégia defendida pelos organizadores do ato de defender o governo perante a oposição burguesa encabeçada pelo PSDB e DEM e, ao fim da passeata, negou-se a Unificar os carros de som em nome da “unidade”. Denunciou as privatizações dirigidas pelo governo federal e a burocratização da principal entidade estudantil do país.

Como toda a burocracia cooptada por governos adminis-

tradores do Estado burguês tem a função de correia de transmissão no seio do movimento, a direção da UNE encontrou-se obrigada a reduzir ao máximo os debates entre os estudantes, para que o choque de idéias não ameaçasse sua hegemonia, construída através de discursos amistosos e festivos. Sendo assim, os grupos de discussão (GDs) foram substituídos por mesas de debates, simultâneas, exatamente 13 pela manhã e 12 no período da tarde, na sexta-feira (17/07), onde uma minoria tinha oportunidade de expor seu discurso em detrimento do comparecimento, por vezes massivo, dos estudantes. Parlamentares e integrantes do governo estiveram presentes em praticamente todas as mesas. Em duas mesas a Corrente Proletária Estudantil esteve presente e merecem destaques:

- 1) O papel do EaD na expansão do ensino superior. Apesar de todos os componentes da mesa defenderem o EaD, utilizamos o tempo disponível para intervenções demonstrando a imposição dos órgãos imperialistas (Banco Mundial, UNESCO) ao Brasil nos anos 90 em um país pobre e, utilizando os próprios dados disponibilizados por um dos palestrantes, reiteramos que o fortalecimento do EaD traz, indissociavelmente a destruição do ensino presencial.
- 2) A Reforma Universitária da UNE, ponto este que deveria ser o principal eixo do debate de todo este Congresso Estudantil, mas não foi. O projeto de Reforma Universitária da UNE elaborado no 12º CONEB (Conselho Nacional de Entidades de Base) foi definido como concluído e “apenas” espera tramitação no parlamento. A necessidade de uma crítica profunda ao projeto levou a Corrente Proletária Estudantil a elaborar um documento onde analisa minuciosamente seus principais pontos: 1. Autonomia Universitária; 2. Financiamento; 3. Democracia; 4. Acesso; 5. Assistência Estudantil; 6. Regulamentação do ensino privado; 7. Reestruturação acadêmica; 8. Extensão; 9. EaD; 10. Universidades Estaduais e Autarquias; 11. Avaliação institucional.

A Reforma Universitária que a UNE propõe se limita, com todas as palavras em reafirmar medidas que já estão sendo implantadas pelo governo federal, com a possibilidade de concessão de algumas questões secundárias, reforma esta em sua essência precarizadora do ensino público, privatizante e excludente da maioria da Universidade.

Ainda na sexta-feira, ao anoitecer, realizaram-se alguns GDs.

Algumas das discussões mais importantes de qualquer congresso são o estudo, debate e votação das teses que expressam a política das correntes no movimento, servindo também para oficializar as posições da entidade. A transformação de todo este processo - que deveria ser o motivo da mobilização dos milhares de estudantes presentes de quase todas as instituições de ensino superior do país - em leitura e votação é um grande trunfo da burocracia dirigente da UNE. No sábado (18/07), foram lidas e apuradas todas as três teses ligadas à burocracia (UJS/ PC do B, Mutirão/Pátria Livre, Kizomba/PT, Juventude /PT): Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil.

Abaixo segue um resumo sobre as teses aprovada:

1. *Movimento Estudantil:* Na tese, a UNE compromete-se a fortalecer as entidades estaduais no país. Mas isso não sig-

nificará que estas entidades estaduais organizem as lutas que estão ocorrendo contra a implementação das medidas governamentais e dos conglomerados educacionais. Muito pelo contrário. Sua ligação com o governo federal trabalhará no sentido de propagandar a política do Ministério da Educação nas universidades. Não negamos o caráter importante do fortalecimento das UEE's, visto que devem ser utilizadas como instrumentos de luta dos estudantes. O problema é sob que direção estará estas entidades.

2. *Educação:* Os pontos aprovados são os mesmos encontrados no Projeto de Reforma Universitária da UNE, desejando disputá-las na Conferência Nacional de Educação em 2010.
3. *Conjuntura:* A tese exposta acredita que a crise econômica se amenizará a partir de agora e as medidas que o governo Lula vem praticando colocarão o país em um patamar privilegiado no futuro. Para que os avanços não sejam interrompidos, admite-se o apoio a um dos candidatos através de uma consulta com os universitários para as eleições de 2010.

A defesa da economia capitalista e do Estado burguês liderada por Lula é bem vista pelos setores do PC do B, PT e Pátria Livre. Ignoram as contradições fundamentais da época imperialista. A defesa de uma candidatura para as eleições presidenciais de 2010 oficializa algo já conhecido por todos: O apoio ao governo Lula, desmascarando a suposta autonomia da entidade.

A denominada Oposição de Esquerda aliou-se à União da Juventude Rebelião (PCR) na defesa de uma tese unificada.

O domingo (19/07) foi reservado para a eleição da direção da UNE. Partidos da burguesia (PMDB, PSB) apresentaram teses, mas no final fecharam com a UJS, que com a tese “Da unidade vai nascer a novidade”, não houve nenhuma novidade, mais uma vez a UJS na presidência da entidade, com vice-presidência do PT (Kizomba).

Mas diante disso, **Por que a oposição de Esquerda não consegue liderar a luta contra a Burocracia?**

As correntes que compõem são programaticamente pequeno-burguesas. Onde a contradição entre ser oposição dentro da UNE e a defesa de posições reacionárias, aparelhistas e conciliadoras nas Universidades, resulta em não encontrarem respaldo na base. Para o CONUNE, levaram uma bandeira abstrata, chamando as Diretas já, levando a base acreditar que a burocracia da UNE impera por causa da forma de eleição. Desta forma distraem os estudantes que só conseguiram varrer a burocracia com a unificação das lutas pelas reivindicações e constituição de uma fração revolucionária, que expresse o programa proletário no movimento estudantil.

O movimento Estudantil padece em sua crise de direção. Não será a saída aparelhista de ruptura que resolverá esta questão. É necessário uma frente revolucionária que atue nos CAs, DAs, DCEs, que se contraponha às políticas burguesas e pequeno-burguesas, ou seja, que encarne a política da classe operária, não só na teoria, mas na prática. Com independência frente ao governo e ao Estado. Que impulsione a luta combinando as reivindicações elementares com a estratégia de destruição da escola de classe. Tarefa essa que somente será cumprida pela Revolução Proletária.

Nesta edição:

- Manifesto ao 51º CONUNE

Boletim da

15/07/2009

*Corrente Proletária
Estudantil*

Escreva para Caixa Postal 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo - SP - proletaria_estudantil@yahoo.com.br

Manifesto ao 51º CONUNE

A partir da ocupação da reitoria da USP em 2007, o movimento estudantil realizou diversas mobilizações pelo país, que foram desde ocupações até greves. A maior parte desses movimentos se deu em oposição às medidas de maior intervencionismo e privatização realizadas pelos governos federal e estaduais. Destacam-se as lutas contra o Reuni, realizadas nas universidades federais, e a recente greve na USP contra a intervenção e repressão policial e contra o ensino a distância. Em todos esses movimentos, uma coisa em comum: a ausência ou mesmo oposição da direção da UNE, compenetrada em defender o governo Lula e suas reformas educacionais.

Como uma direção que defende o Reuni pode apoiar e impulsionar um movimento contra ele? Como uma direção que defende o ensino a distância pode apoiar e impulsionar uma greve contra ele? A UNE estatizada e burocratizada por sua direção, em vez de ser a voz dos estudantes, é a voz do governo no interior do movimento estudantil. Em vez de trabalhar pela unidade e centralização das lutas estudantis, age em favor da fragmentação e isolamento das lutas, e, assim, pelo seu enfraquecimento.

Essa é a principal questão colocada ao Congresso da UNE: hoje a UNE está estatizada, politicamente dependente do governo Lula. Prova disso é o governo estar presente nas mesas de abertura e nos debates do Congresso como participante. A direção da UNE monta um palanque para que os executores da política governamental falem aos estudantes e defendam o governo. A principal tarefa colocada é fazer com que a UNE rompa com o governo, conquiste sua real independência política em relação aos governos e partidos da burguesia e trabalhe pela unificação e centralização das lutas estudantis pelo país. Isso só pode acontecer através da destruição da atual direção burocrática e governista, e da construção de uma direção fundamentada

numa política proletária, revolucionária, que expresse em seu programa a defesa das reivindicações dos estudantes, dos métodos da luta de classes, da democracia estudantil, da unidade com os movimentos sociais (principalmente o proletariado) e da luta pela revolução socialista.

Ou seja, construir uma fração de oposição revolucionária que atue dentro e fora da UNE para desenvolver e unificar as lutas estudantis. O avanço da mobilização e sua generalização criarão as condições para a destruição da atual direção e sua superação por outra, que seja expressão dessa mobilização nacional e não da força de aparato e ligação com o governo.

O Congresso deste ano foi chamado para apoiar o projeto da direção da UNE de Reforma da Educação. Trata-se de um instrumento para apoio ao projeto do governo e negociação de aspectos secundários. Estão presentes em suas teses a convivência com o domínio do ensino superior pelo capital, a exclusão da maioria do acesso, a permanência da burocracia corrompida na direção das universidades, o apoio ao ensino a distância e à avaliação institucional etc. O Congresso deve rejeitar essa subordinação da UNE ao Ministério da Educação e colocar-se por um plano de lutas pelas reivindicações estudantis, que se chocam com os planos e a política do

Responder à crise com o programa proletário:

- Frente às demissões: GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA (a ocupação das fábricas que demitem é uma medida necessária de defesa dos postos de trabalho);
- Frente à proposta patronal de redução dos salários: CONTROLE OPERÁRIO DA PRODUÇÃO E ABERTURA DA CONTABILIDADE (a classe operária não aceita a justificativa dos capitalistas de que demitem porque seus lucros estão caindo, porque estão tendo prejuízos ou porque caíram as vendas, exige que a fábrica passe para o controle de quem trabalha e que o sigilo contábil-comercial seja aberto);
- Frente ao desemprego: ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, SEM REDUÇÃO SALARIAL (divisão das horas de trabalho nacionais entre todos os trabalhadores);
- Frente à miséria, à fome, às doenças, à criminalidade, ao analfabetismo: SALÁRIO MÍNIMO VITAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE (nenhum trabalhador poderá ganhar menos que o salário mínimo vital, que será corrigido de acordo com a alta do custo de vida);
- Frente às fábricas que fecham ou demitem em massa: ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB O CONTROLE COLETIVO DOS TRABALHADORES (o fechamento da fábrica é destruição de força produtiva, ao contrário a classe operária defende como solução a estatização);
- Frente aos bancos, financiadoras, fundos, seguradoras, responsáveis pela especulação e quebras: EXPROPRIAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO, CRIAÇÃO DO BANCO ESTATAL ÚNICO E PROTEÇÃO DOS PEQUENOS POUPADORES (o Estado despende bilhões para proteger o sistema financeiro que se desmorona, trata-se de uma estatização parasitária. A classe operária se contrapõe com a expropriação sem indenização);
- Frente à perda das pequenas propriedades, expulsão das terras e da miséria dos sem-terra: EXPROPRIAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS E NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS, PROTEÇÃO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES, ACESSO DOS CAMPONESES EXPULSOS

governo Lula, na essência privatistas e destruidoras do ensino público.

Muito se vai falar e polemizar acerca da política governamental. Mas um indicador é muito concreto para definir seu conteúdo: o ensino privado, durante o governo Lula, cresceu em termos absolutos e relativos, enquanto o ensino público ficou ainda mais restrito. O número de escolas particulares cresceu, cresceu a concentração de capitais e a desnacionalização. E cresceu também o subsídio governamental ao ensino privado. Esses dados nos provam o papel da política educacional do governo Lula, apesar de toda verborragia da direção da UNE em sua defesa.

O Congresso da UNE ocorre numa situação de crise mundial do capitalismo. Crise que leva os governos de todos os países a desviarem os recursos dos serviços sociais públicos (dentre eles a educação) em benefício dos grandes

grupos econômicos em crise, em especial os bancos e as multinacionais.

Com diferenças de grau, o mesmo tem feito o governo Lula, apoiado pela direção majoritária da UNE (PCdoB/PT). Bilhões são entregues aos bancos, às montadoras de veículos e de eletrodomésticos, aos capitalistas do agro-negócio etc., seja na forma de recursos ou na forma de isenções fiscais. Em troca, os capitalistas ainda demitem e reduzem salários e jornadas. O governo prova que é burguês ao defender os interesses dos capitalistas e sua propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra, que mantêm sua luta com ocupações de terras e prédios públicos, sofrem com o maior número de assassinatos, com a repressão às lideranças e com as campanhas da imprensa. O governo Lula é passivo diante da ofensiva dos latifundiários e dos juizes e policiais manipulados por

eles. Com isso, esse governo os estimula contra os camponeses pobres.

Os acordos com os velhos caciques dos partidos oligárquicos obrigam ao governo Lula ajudar a acobertar os crimes dos Sarney, Renan Calheiros etc. O governo que a UJS/PCdoB apóia é um refém dos partidos oligárquicos da burguesia, e limpa a barra dos seus bandidos. Tudo em nome da governabilidade... que serve para fazer aprovar no Congresso as medidas de favorecimento... aos capitalistas!!

Os estudantes devem rejeitar essa submissão da UNE ao governo. A luta pelas reivindicações e a unificação dos movimentos criarão as condições para destruir a atual direção e construir uma nova, de fato independente política e organizativamente da burguesia, de seus governos e partidos, e fundamentada no programa de destruição do capitalismo pela revolução proletária.

Contra a divisão do movimento estudantil!

A Corrente Proletária Estudantil defendeu nos fóruns da Conlute desde seu início que ela se constituísse em uma frente de mobilização que organizasse o Movimento Estudantil dentro e fora da UNE – encaminhando mobilizações independentes em relação à UNE, já que esta não organiza o movimento no sentido da defesa da universidade pública, e também organizando a disputa nos fóruns da UNE, pela constituição de uma fração revolucionária dentro desta entidade. É essa a mesma proposta que temos ao CNE.

Quando falamos em disputar com a direção da UNE não estamos falando somente na disputa dentro dos congressos, mas sim da disputa no cotidiano do movimento, da disputa pela direção da maioria estudantil e mobilização em torno das reivindicações, que se chocam com a política do governo e com o próprio capitalismo. Nunca defendemos que é possível ganhar a direção da UNE simplesmente pela participação em seus congressos, que realmente se encontram burocratizados, mas sim que é necessário um amplo levante do Movimento Estudantil para destruir a atual direção burocrática e colocar a UNE a serviço do movimento.

(trecho da Tese da Corrente Proletária Estudantil ao Congresso Nacional dos Estudantes)

Avaliamos que um congresso que gerou mais divisão entre os estudantes brasileiros não pode ser considerado vitorioso. A necessidade de unificar as lutas que ocorrem nacionalmente faz chocar com a direção pelega, burocrática e governista da UNE, como o demonstrou o movimento de 2007. Mas tal necessidade também não tem produzido ainda uma alternativa real de luta aos jovens. Trata-se de uma crise que só poderá ser superada com iniciativas unitárias, que possam ampliar a força de reivindicação e organização independente da juventude e que possam permitir a experiência da juventude com suas atuais direções. Se a UNE está na contramão da história ao se colocar lado a lado com o governo em seus ataques a educação pública, o CNE não soube trilhar um caminho alternativo.

A posição da Corrente Proletária Estudantil-POR pôde ser conhecida por todos os delegados do congresso: somos contrários ao divisionismo por considerar que não existe um movimento amplo partindo das bases pela ruptura com suas entidades. Pelo contrário, a maioria, em especial nas universidades particulares, continua sob a influência dos governistas da UNE. Abandonar a luta dentro da UNE significa deixar esses estudantes sob o controle da política da UJS/PCdoB e sem contraposição política. Para nós, a tarefa que cumpre é de varrer essas direções tradicionais por meio da luta em torno das reivindicações mais sentidas dos estudantes, em aliança com a classe operária. Para isso, é necessário construir uma poderosa Frente de Oposição Revolucionária, baseada num programa discutido e votado pelas bases, que atue por dentro e por fora da UNE, que esteja onde estão os estudantes, disputando politicamente e visando a construir um forte movimento estudantil que possa intervir na realidade brasileira de forma a transformá-la profundamente.

(trecho do balanço do Congresso Nacional dos Estudantes publicado no jornal Massas nº 377)

Conheça na banca da Corrente Proletária Estudantil - Partido Operário Revolucionário (POR):

- Nossa crítica ao Projeto de Reforma Universitária da UNE
- O jornal Massas, órgão quinzenal do Partido Operário Revolucionário
- Outros materiais da Corrente Proletária / POR

Nesta edição:

- Bolívia: O Papel do Partido Revolucionário na Situação Atual
- Bolívia: Plano de assentamentos camponeses em Pando para ganhar eleições
- Uruguai: Fim imediato das perseguições político e policial a Patrícia Soares e Kazi Mohammad
- Colômbia: Avança o militarismo norte-americano na América Latina

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

O Papel do Partido Revolucionário na Situação Atual

Percebe-se, no mundo inteiro, a ausência da direção revolucionária. Depois do retrocesso do movimento operário a partir da traição do estalinismo, a revolução proletária, cujo ponto culminante foi a queda da União Soviética e seus satélites.

Um pensamento mecânico poderia levar-nos à conclusão pessimista de que, enquanto o movimento operário, na Bolívia, e particularmente o mineiro, não se reconstitua física, organizativa e sindicalmente, a política proletária não poderá aparecer no cenário da luta de classes e em consequência seu partido, o POR, tampouco poderá potenciar-se orgânica e politicamente.

O POR concentra a política revolucionária proletária e é depositário da tradição e experiência de luta revolucionária do proletariado boliviano. E mais, é o impulsionador ativo do processo de maturação política do proletariado boliviano e do conjunto dos explorados. A influência ideológica do pensamento porista nas massas é algo que, inclusive nossos inimigos, não podem deixar de reconhecer. Nós, “troskos”, como nos chamam, somos sempre uma referência para as massas e uma dor de cabeça para os reformistas e direitistas.

Não cabe nenhuma dúvida que nosso fortalecimento está ligado ao fortalecimento da classe operária como força social, à presença física dos operários na arena da luta de classes. Compreender isto é fundamental para encontrar a origem de muitas dificuldades que enfrentamos. Que a debilidade do proletariado dificulta a possibilidade de uma saída revolucionária à atual crise, que o POR se choca com esta realidade e que seu trabalho por se soldar à classe revolucionária se veria obstaculizado pelo possível fechamento dos centros produtivos mais importantes do país, como consequência da crise capitalista mundial, é evidente. Mas, este é um aspecto do problema; o outro é compreender a relação entre a revolução proletária e a luta dos demais setores explorados: os camponeses, as classes médias empobrecidas das cidades,

sem as quais o proletariado não tem a menor possibilidade de materializar a sua revolução.

O proletariado é uma minoria nacional, produto do caráter atrasado do país. A revolução, entendida como a rebelião do conjunto da nação oprimida, só será possível com as atitudes revolucionárias da maioria explorada não proletária, cuja extrema miséria a converte em força explosiva, combustível da revolução. As rebeliões populares, recorrentes em toda nossa história, – o último exemplo, as chamadas jornadas de outubro de 2003, que derrubaram o governo de Goni –, sem dúvida necessitam ser dirigidas politicamente pelo proletariado, para não se frustrarem como simples revoltas sem consequências sérias para a ordem burguesa.

O fato fundamental é que a burguesia nativa não tem possibilidade alguma de resolver os problemas fundamentais do país que se resumem, definitivamente, em superar seu tremendo atraso. As diferentes frações burguesas: democráticas reformistas, democráticas direitistas, fascistas, gorilas, etc., se mostraram incapazes de resolver o problema da terra para os camponeses, o problema do desemprego e da miséria para as classes médias cidadinas. E essa é a base que torna possível que a política proletária se assenhore como direção de todos os explorados, apesar da debilidade numérica do proletariado. O POR tem de se afiançar organizativamente na minoritária classe operária, mas também deve penetrar em todos os setores dos explorados, projetar-se politicamente respondendo, a partir do campo operário, aos problemas de todos os setores explorados.

É uma tarefa gigantesca que requer verdadeiros revolucionários profissionais, capazes de estudar, compreender, conhecer as particularidades da luta de classes, dos distintos setores que intervêm nela e responder à luz do marxismo a suas exigências.

Extraído do “Masas” boliviano nº 2137, de 17/07/09

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Esboço biográfico de Guillermo Lora

+



A Revolução de 9 de abril de 1952

Partido Operário Revolucionário



MASSAS

Bolívia

Plano de assentamentos camponeses em Pando para ganhar eleições

A manobra foi contraproducente porque foi como purgar um formigueiro. Indígenas da região rechaçam assentamentos comuns e exigem a imediata titulação das terras e os bóias-frias se vêm ameaçados pelo medo de perder suas fontes de trabalho.

Depois da arremetida oficialista encabeçada por Quintana logo após o massacre de camponeses em “Porvenir”, a prisão do governador Fernández e a posse de Bandeiras como novo governador, da militarização da região e o asilo massivo no Brasil de toda direção da oposição de direita, o governo acreditou que controlava totalmente o Departamento de Pando. Foi realmente um balde de água fria que, na última consulta, perdera novamente a votação - fato que está mostrando que o voto cidadão, que é anti-oficialista, continua tendo mais força que o camponês, devido a pouca densidade demográfica nas áreas rurais da região.

A manobra tendo em vista as próximas eleições é clara e simples ao extremo, deve-se povoar a selva amazônica transferindo indígenas pobres (chamados de colla) de La Paz, Cochabamba e Potosí e rápido para que possam se inscrever para a votação eleitoral. A presença de quatro mil famílias camponesas é mais que suficiente para inverter a votação naquele Departamento, com a finalidade de poder contar com dois senadores na futura assembléia plurinacional.

Mas, como ninguém ganha em lerdeza dos estrategistas do governo, estes não levaram em conta as confusões que estavam armando com a manobra. Imediatamente, os indígenas da região (considerados como votos masistas) espernearam porque se sentem avassalados em seus interesses. Uns exigem a imediata titulação das terras, direito que vem tramitando desde há muitos anos, e os bóias-frias se veem ameaçados pelo medo

de perder suas fontes de trabalho, porque os collas serão uma perigosa concorrência na oferta de mão-de-obra.

O localismo, próprio de um país desarticulado e estancado no atraso, volta a emergir como receio ao estranho, pior se for colla, e para os oligarcas do oriente com sua carga de racismo.

Por outra parte, o governo se mostra irresponsável ao assentar na selva inóspita, sem antes preparar a infra-estrutura necessária (estradas, moradias, serviços básicos como água e esgoto, hospitais, escolas etc.), milhares de collas que não poderão sobreviver nas inclemências de uma zona endêmica. Todos compreendem que um plano de assentamento desta natureza leva anos de preparação e um forte financiamento estatal, mas, para o governo é uma tarefa imediata, porque os collas têm de votar em dezembro no MAS. O cinismo do vice-ministro de terras, Alejandro Almaraz, chega ao cúmulo quando declara para a imprensa que, se não for conveniente aos quechuas e aymaras trasladados fiquem lá, “poderão retornar em janeiro”.

A manobra eleitoral que comentamos mostra imbecilidade dos politiquinhos do MAS, a forma como manejam os assuntos mais delicados dos camponeses, como é o problema da terra, e que pode reverter os resultados eleitorais naquele departamento. Os indígenas, agora, fazendo coro com a oposição de direita, anunciam mobilizações contra o governo e seu plano de assentamentos. O mal-estar reinante pode fazer com que os votos desta gente se voltem contra o oficialismo.

Extraído do “Masas” boliviano nº 2138, de 24/07/09

Uruguai

Fim imediato das perseguições político e policial a Patrícia Soares e Kazi Mohammad

O serviço de inteligência do Uruguai há oito meses acusou Patrícia Soares e seu companheiro Kazi Mohammad de vínculo com o terrorismo internacional. A Justiça abriu um processo, e os mantêm confinados. Em sua carta enviada ao Brasil, Patrícia relata: “O serviço de inteligência uruguaia cismou de achar que a modesta quitanda de frutas e verduras, uma lojinha de que meu companheiro tinha em Montevideo, era de fachada para ajudar imigrantes pobres ou células terroristas e nos tem processado já há 8 longos meses aqui sem provar nada”.

O serviço secreto usa a imprensa para formar a opinião de que são agentes dos Talebans. E que fazem parte de

um plano terrorista para atingir a Europa ou a América. A Justiça usa essa infâmia para mantê-los em prisão aberta. Patrícia e Kazi perderam tudo e passam brutais privações, a ponto de terem de se alimentar com a sopa da assistência aos mendigos. Apesar do serviço secreto e da Justiça não apresentar nenhuma prova, mantêm-nos sob constante terror psicológico.

Patrícia é uma brasileira que se converteu ao islamismo. É formada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participou do movimento estudantil e depois do movimento dos professores do Estado de São Paulo. Trata-se de uma pessoa ligada aos

movimentos sociais. Em nenhuma de suas atividades demonstrou inclinação política para os métodos do terrorismo individual. Por isso, temos a certeza de que a polícia montou uma farsa racista contra os dois mulçumanos.

Os movimentos, sindicatos, instituições democráticas e partidos comprometidos com a luta dos explorados têm o dever de iniciar uma campanha para que o governo do Uruguai suspenda o processo e repare o mal causado a Patrícia e Kazi. Trata-se de exigir do governo brasileiro uma medida em favor da libertação.

Liberdade imediata a Patrícia e Kazi!

Avança o militarismo norte-americano na América Latina

Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, concordou que os Estados Unidos instalem bases militares em seu território. A justificativa norte-americana é que, com a não renovação do acordo com o Equador, terá de transferir suas instalações da Base de Manta, no Pacífico, para a Colômbia.

Em nome do combate ao narcotráfico e à guerrilha das Farcs, o governo George W. Bush traçou o Plano Colômbia. O que permitiu aos Estados Unidos penetrarem militarmente no país. Era visível que Uribe havia se tornado um testa de ferro da política imperialista na América Latina. O novo acordo, anunciado recentemente, confirma o papel pró-imperialista de Uribe e a necessidade dos Estados Unidos avançarem seu poder militar no continente.

Hugo Chávez, da Venezuela, denunciou o perigo que representa a instalação de bases ianques nas fronteiras de seu país e para as demais nações latino-americanas. Reivindica que a questão seja encaminhada para a Organização dos Estados Americanos (OEA) e para a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

A contestação de Chávez foi respondida com a acusação de que a Venezuela havia transferido armas para as Farcs. Nenhuma prova foi apresentada de que os lançadores de foguetes suecos (da década de 1980) vieram dos arsenais venezuelanos. Chávez argumentou que armas israelenses e norte-americanas foram encontradas com as Farcs e nem por isso os países de origem foram acusados. Certamente, trata-se de provocação de Uribe para mascarar sua política servil. Mas, mesmo que Chávez houvesse entregado armas às Farcs, a presença militar dos Estados Unidos não deixaria de ser uma intervenção imperialista.

Lula, em tom diplomático, reclamou do acordo de Obama/

Uribe. Juntamente com a presidente do Chile, Michelle Bachelet, disse respeitar a soberania da Colômbia em ceder seu território para instalação de bases militares. Ocorre que a dita soberania está servindo para o imperialismo estender seu braço armado para o interior do continente. Recentemente, a Força Aérea da Colômbia, financiada e assessorada pelos Estados Unidos, violaram as fronteiras do Equador para bombardear um acampamento das Farcs e assassinar os guerrilheiros.

O presidente brasileiro recordou que enviou uma carta a Bush no momento em que este reativou a Quarta Frota para patrulhar o Atlântico Sul, mostrando sua apreensão com o fato do país ter acabado de descobrir as reservas petrolíferas do pré-sal. Os Estados Unidos pouco ligaram. As bases previstas serão mais poderosas que a de Manta e alcançam as fronteiras do Brasil. Os Estados Unidos e a Colômbia não necessitaram consultar ninguém. O imperialismo atua por cima das fronteiras nacionais. Quando necessita, o faz pelo seu poderio bélico.

A burguesia latino-americana e seus governos denominados de esquerda (Chávez, Morales, Correa, Lula, Bachelet) são incapazes de frear a ofensiva da potência norte-americana. Os Estados Unidos passaram por cima da ONU e invadiram o Iraque, causando mortandade e grande destruição. OEA e Unasul não são nada!

As massas exploradas da Colômbia são os primeiros a enfrentar a militarização do país e a marcha do imperialismo. Mas a tarefa é ampla, deve abarcar o proletariado latino-americano, camponeses e demais oprimidos na luta contra o entreguismo de Uribe, a incapacidade dos governos burgueses ditos de esquerda e a estratégia de dominação dos Estados Unidos. Está colocada a tarefa de constituir uma frente única antiimperialista, sob o programa e a direção do proletariado.

20 anos construindo o programa

O POR lançou o livro *20 Anos Construindo o Programa*, que contém as resoluções dos nossos 10 Congressos e 5 Conferências Nacionais, acrescido de textos como "O Reformismo do PT e a falência das esquerdas", "Estratégia e tática do POR nas eleições" e sobre nossa polêmica ao redor da cisão da CUT e UNE pelo PSTU.

O livro tem 656 páginas e traz o Programa do POR, as Teses sobre Educação, Teses Agrárias, Teses Sindicais, Programa Estudantil, Resoluções organizativas e as resoluções políticas internacionais e nacionais aprovadas.

É um valioso instrumento de luta política, pois permite colocar à prova da história a elaboração político-programática do POR nestes 20 anos. O POR faz questão de divulgar todas as suas colocações, abri-las a uma avaliação crítica e autocrítica, coisa que não encontramos entre as correntes de esquerda, que omitem aspectos fundamentais de sua história política. O livro pode ser adquirido com o distribuidor deste jornal, ou através de pedido pelo nosso site ou Caixa Postal.

